



Chipre: 52 anos

ainda dividido

UMA HISTÓRIA DE INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS, MILITARIZAÇÃO E NACIONALISMO

As múltiplas expressões do imperialismo em Chipre

- Na encruzilhada de três continentes (Ásia, África e Europa), Chipre tem sido, desde tempos imemoriais, palco de sucessivas invasões, colonizações e ocupações estrangeiras. Foi conquistado pelos hititas, fenícios, assírios, egípcios, persas, romanos, bizantinos, francos, venezianos e otomanos
- 1878: Chipre ficou sob domínio colonial britânico, na sequência do domínio otomano.
- As potências imperialistas do século XX — os EUA, a Grã-Bretanha e a OTAN — procuraram transformar Chipre num «porta-aviões inafundável» no Mediterrâneo, como parte dos seus planos para o «Novo Médio Oriente». A descolonização e a independência, em 1960, vieram acompanhadas da imposição de bases militares britânicas na ilha e, em 1974, a Turquia invadiu a República de Chipre.
- Nos últimos 50 anos, 37% do território da República de Chipre permanece sob a ocupação militar ilegal da Turquia.

À custa da liberdade de todo o seu povo, bem como da sua soberania e integridade territorial, a República de Chipre tem sido utilizada pelas forças imperialistas como mais uma ferramenta para concretizar e concluir a reestruturação estratégica do Mediterrâneo Oriental e do Médio Oriente; através do redesenho de fronteiras, de intervenções estrangeiras nos assuntos internos dos Estados, da derrubada de governos «não amigos» e do fomento de conflitos religiosos e étnicos, que continuam a atormentar toda a região.

DO COLONIALISMO BRITÂNICO À INDEPENDÊNCIA COM GARANTIAS ESTRANGEIRAS HEGEMÔNICAS E UMA CONSTITUIÇÃO QUE PROMOVE A DIVISÃO ÉTNICA

A tirania dos colonizadores britânicos completou a repressão exercida sobre a classe trabalhadora pela burguesia local. O Partido Comunista de Chipre foi fundado em 1926, tendo entre os seus principais objetivos a luta contra a exploração e a libertação do colonialismo britânico através de uma ampla frente unida de forças anticoloniais de cipriotas gregos e cipriotas turcos. Em 1941, foi fundado o AKEL — sucessor do PCC — para liderar a luta política de massas pela liberdade.

A luta anticolonial foi crescendo gradualmente com o aumento da participação popular. Durante esses anos, os cipriotas lutaram pela sua independência. Os dez anos que se seguiram, de 1945 a 1955, foram anos de uma intensa e dura luta anti-imperialista e anticolonialista que exigia o direito à autodeterminação e maiores liberdades políticas para o nosso povo. Ao mesmo tempo, foram anos de intensa luta de classes.



Em 1955, a luta anticolonial assumiu a forma de luta armada. O AKEL defendia a luta política de massas. Apesar do heróico sacrifício de muitos jovens cipriotas, a luta armada conduziu o problema de Chipre a impasses perigosos, explorados pelo imperialismo britânico, que visava uma solução que servisse os seus próprios interesses.

Sob a ameaça de partição ou mesmo da ocupação total de Chipre pela Turquia, os britânicos impuseram os **acordos de Zurique-Londres**, que mantiveram na ilha tropas estrangeiras e bases militares britânicas, e impuseram uma constituição que minava a coexistência normal das duas comunidades. A natureza etnicamente divisiva da Constituição facilitou o fomento do conflito étnico em Chipre em benefício de interesses estrangeiros.

Os acordos foram selados com o anacrónico Tratado de Garantia, que colocou a República de Chipre sob o controlo hegemónico de três potências, nomeadamente a Grã-Bretanha, a Turquia e a Grécia. Os objetivos expansionistas de Ancara e os planos da NATO para converter Chipre num porta-aviões inafundável da Aliança no Mediterrâneo Oriental ameaçaram a própria existência da jovem República independente de Chipre.

No interior do país, forças significativas e reacionárias, tanto na comunidade cipriota grega como na cipriota turca, não acreditavam na independência. Consideravam-na uma fase de transição: as primeiras rumo à ENOSIS (união com a Grécia) e as segundas rumo ao TAKSIM (partição). Na sequência do conflito intercomunitário de dezembro de 1963, Chipre entrou numa luta pela sobrevivência.

1964 – 1974. Este período constituiu uma década de luta pela defesa da independência e da unidade da República de Chipre. Grupos paramilitares cometeram crimes contra civis em ambas as comunidades, enquanto os cipriotas turcos criaram as suas próprias zonas de controlo por toda a ilha. Os centros de decisão estrangeiros tinham como objetivo minar Chipre a partir de dentro. Colaboradores dispostos a participar nestes planos foram a junta militar de Atenas e a extrema-direita local. Foram orquestradas conspirações para derrubar Makarios (Presidente da República de então) pela força e a organização fascista ilegal EOKA B desencadeou uma onda de terrorismo, levando a cabo, entre outros, assassinatos de cidadãos democratas, raptos e ataques bombistas a esquadras de polícia.

OXI KATOXH-ΔΙΧΟΤΟΜΗΣΗ

A INVASÃO TURCA EM 1974 E A OCUPAÇÃO ILEGAL DE CHIPRE ATÉ HOJE

15 de julho de 1974 –

Golpe de Estado da Junta Grega:

Sob as ordens da junta grega e dos centros de decisão transatlânticos, os tanques traidores avançaram contra o governo legítimo, para remover Makarios e unir a ilha à Grécia. A resistência heróica das forças democráticas não teve capacidade para os deter.

20 de julho de 1974 – Invasão turca:

O golpe fascista foi seguido pela invasão turca. Apesar das alegações da Turquia de que estava a realizar uma intervenção ao abrigo do Tratado de Garantia e em defesa da população cipriota turca, a sua intervenção constituiu um ato ilegal de agressão e efectiva divisão.

Até hoje, 40 000 soldados turcos ocupam 37 % do território de Chipre e transformaram 170 000 pessoas — ou seja, 1/3 da população — em refugiados. Cerca de 40 000 cipriotas turcos foram forçados pela Turquia a deslocar-se para a parte norte da ilha, completando assim a segregação. As liberdades fundamentais e os direitos humanos estão a ser violados.

Está a ser levada a cabo uma tentativa de alterar a estrutura demográfica da ilha através do assentamento em massa de cidadãos turcos nas áreas ocupadas, e estima-se agora que o seu

número exceda o dos cipriotas turcos. Simultaneamente, a usurpação ilegal das propriedades dos cipriotas gregos nas áreas ocupadas tornou a questão patrimonial um dos problemas mais prementes e complexos de qualquer futura solução abrangente.

Pessoas desaparecidas.

O conflito intercomunitário de 1963-64 e a invasão turca de 1974 deixaram para trás cerca de 2 000 cipriotas gregos e cipriotas turcos desaparecidos. Nos últimos anos, foi alcançado um avanço significativo pela Comissão para as Pessoas Desaparecidas e as duas comunidades têm vindo a trabalhar em conjunto na recolha de informações sobre o destino das pessoas desaparecidas e na realização de exumações e identificações por ADN.

OXI KATOXH-ΔΙΧΟΤΟΜΗΣΗ ΠΟΤΕ ΦΑΣΙΣΜΟΣ



O PROCESSO DE PAZ EM CHIPRE

Desde 1974 que a ONU tem vindo a tentar facilitar a resolução do problema de Chipre. Inúmeras resoluções da ONU apelam à retirada das tropas e dos colonos turcos, e à restauração da soberania e da integridade territorial da República de Chipre, bem como ao respeito pelos direitos inalienáveis dos refugiados de regressarem às suas casas e de usufruírem pacificamente das suas propriedades.

1977 – O acordo sobre uma solução BBF

O Acordo de Alto Nível Makarios-Denktash de 1977 e o Acordo de Alto Nível Kyprianou-Denktash de 1979, celebrados pelos então líderes das duas comunidades, prevêm a transformação da República de Chipre de um Estado unitário numa federação bicomunal e bizonal com igualdade política, tal como descrito nas resoluções do Conselho de Segurança, com duas regiões, cada uma a ser administrada pela respetiva comunidade. Os mesmos acordos prevêm a desmilitarização da República de Chipre e o respeito pelas liberdades fundamentais e pelos direitos humanos de todos os cipriotas. No entanto, estes acordos nunca foram implementados devido à intransigência da Turquia e à sua insistência numa solução que lhe permita perpetuar a sua presença e os seus interesses na ilha.

A SITUAÇÃO ATUAL

Após inúmeras iniciativas de paz infrutíferas ao longo dos anos sob os auspícios da ONU, foi iniciado pela primeira vez em 2008 um processo de negociação liderado por cipriotas, quando Demetris Christofias (AKEL) estava à frente da comunidade cipriota grega. Este processo lançou as bases para a continuação das negociações entre 2015 e 2017, culminando na Conferência sobre Chipre, em julho de 2017. Apesar de se ter estado perto de um acordo estratégico, a Conferência terminou num fracasso trágico. Depois de o nacionalista Ersin Tatar se ter tornado líder da comunidade cipriota turca em 2020, a sua defesa inaceitável de uma solução de dois Estados levou a um novo impasse nos esforços para retomar negociações substantivas. Desde que Tufan Erhürman assumiu a liderança da comunidade cipriota turca em outubro de 2025, surgiram novas expectativas quanto ao relançamento do processo de paz dentro do quadro acordado, preservando simultaneamente os resultados alcançados nas negociações anteriores. Apesar dos renovados esforços diplomáticos, incluindo o envolvimento pessoal do Secretário-Geral da ONU e reuniões informais entre as partes, continuam a existir desafios significativos a superar antes que as negociações substantivas possam ser retomadas. A posição oficial inaceitável da Turquia a favor de uma solução de dois Estados continua a ser um grande obstáculo ao regresso às negociações com base no quadro acordado de uma federação bizonal e bicomunal.

A SITUAÇÃO ATUAL

2008: Início de um processo liderado por cipriotas quando Demetris Christofias ocupava a Presidência da República de Chipre.

Graças às políticas e iniciativas levadas a cabo pelo ex-Presidente da República de Chipre, Demetris Christofias, tornou-se possível o início de negociações substantivas entre os líderes das duas comunidades de Chipre,



a 3 de setembro de 2008. As negociações entre Demetris Christofias e o ex-líder cipriota turco Mehmet Ali Talat prolongaram-se por quase um ano e meio. Durante este período, alcançaram-se convergências significativas em determinados capítulos, como a Governação e a Partilha de Poder, a Economia e os Assuntos da UE. No entanto, mantiveram-se divergências significativas nos restantes capítulos.

Infelizmente, a eleição do nacionalista Dervish Eroglu para a liderança da comunidade cipriota turca, em 2010, criou mais obstáculos aos esforços para encontrar uma solução para a Questão de Chipre, uma vez que renegou as convergências alcançadas no período anterior.

Quando Nicos Anastasiades, da direita, assumiu a presidência de Chipre em fevereiro de 2013, perderam-se doze meses desnecessariamente na tentativa de redigir uma nova declaração conjunta, que acabou por ser emitida em fevereiro de 2014. Seguiu-se um novo período de ausência de negociações.

2015-2017: O novo processo e o fracasso em Crans-Montana

A assunção da liderança da comunidade cipriota turca, em abril de 2015, pelo renomado político cipriota turco Mustafa Akinci — conhecido pelo seu apoio à solução e pelas suas posições progressistas —, reavivou as perspectivas de um novo processo de paz. O seu empenho em retomar as negociações a partir do ponto em que tinham sido interrompidas por Christofias e Talat infundiu esperança quanto ao destino das conversações diretas, que foram reiniciadas. No entanto, durante mais de um ano, o processo passou por fases de retrocesso.

A partir de junho de 2016, as negociações intensificaram-se. Apesar de persistirem problemas importantes, os dois líderes comprometeram-se com o processo.

Em novembro de 2016, embora Akinci tivesse concordado em discutir a difícil questão territorial sem uma resolução prévia dos outros capítulos, no momento em que o processo se aproximava de um ponto de convergência, o Presidente Anastasiades interrompeu o esforço por razões pouco convincentes. Desde então, iniciou-se uma regressão constante, inevitavelmente ligada às eleições presidenciais de 2018.

Num esforço subsequente para evitar o colapso do processo de paz, no início de junho, os dois líderes e o Secretário-Geral da ONU decidiram realizar uma segunda ronda de conversações diretas no âmbito da Conferência de Chipre, no final do mesmo mês. No seu relatório ao Conselho de Segurança da ONU, de 28 de setembro de 2017, dois meses após o colapso da Conferência, o Secretário-Geral da ONU observou que as partes não conseguiram dar o último passo, desperdiçando uma oportunidade histórica no que diz respeito à resolução do problema de Chipre.

Desde 2017 que o problema de Chipre entrou num período perigoso de inação passiva e improdutiva no que diz respeito às negociações, e de múltiplas atividades ilegais por parte da Turquia. Durante este período, assistimos a retrocessos por parte do Presidente Anastasiades, à promoção de «novas ideias» que negavam convergências-chave anteriormente registadas e ao envolvimento prolongado dos dois líderes num jogo de atribuição de culpas, o que levou o Secretário-Geral da ONU a não se mostrar convencido quanto à perspetiva de um reinício significativo das negociações.

2020-atualidade — Um período de provocações e posições separatistas por parte da Turquia

Na sequência do fracasso da Conferência de Crans Montana, a Turquia tornou-se mais agressiva contra a República de Chipre, reforçando as suas ambições expansionistas contra a soberania e os direitos soberanos da República de Chipre. A realização de levantamentos sísmicos e perfurações nas águas territoriais e na ZEE de Chipre constitui uma violação flagrante da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Ao mesmo tempo, as maquinações crescentes para a colonização da zona cercada de Famagusta afetam negativamente o estatuto da área, violando as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU, e comprometendo as perspetivas de uma solução abrangente.

A imposição do separatista Ersin Tatar à liderança da comunidade cipriota turca, em outubro de 2020, serviu as maquinações turcas contra a República de Chipre. Um desenvolvimento grave foi a apresentação oficial, pela Turquia e por Tatar, durante a reunião não oficial de Genebra em abril de 2021, da sua proposta inaceitável para uma solução de dois Estados e que se situa fora do quadro da ONU.

Na sequência da mudança na liderança da comunidade cipriota turca em outubro de 2025, surgiu uma nova fase de envolvimento diplomático cauteloso no processo de paz de Chipre. O compromisso de longa data de Tufan Erhürman com uma solução abrangente no âmbito acordado pelas Nações Unidas de uma federação bizonal e bicomunal baseada na igualdade política, juntamente com o seu compromisso oficialmente declarado de preservar o acervo das negociações anteriores — uma abordagem também partilhada publicamente pelo líder cipriota grego Nikos Christodoulides — suscitou novas expectativas quanto a um possível reinício das negociações.

Sob os auspícios das Nações Unidas, os contactos entre os dois líderes intensificaram-se, acompanhados por esforços para promover medidas de reforço da confiança e criar um clima mais favorável às negociações. No entanto, apesar da melhoria do clima e do

envolvimento profundo do Secretário-Geral da ONU e do seu Enviado Pessoal nos últimos meses, continuam por resolver diferenças substanciais e a Turquia continua a apoiar uma solução de dois Estados.

A proposta do AKEL sobre o caminho a seguir

Em dezembro de 2020, o AKEL apresentou uma proposta ao então Presidente da República, delineando medidas para fazer face ao perigoso retrocesso e criar as condições necessárias para um reinício significativo das negociações, com a perspetiva de um resultado bem-sucedido. A mesma proposta, incorporando elementos adicionais adaptados à fase atual dos esforços, foi apresentada ao atual Presidente; no entanto, nenhuma das propostas recebeu resposta.

O AKEL salienta que, para combater as atividades ilegais turcas e aumentar as perspetivas de uma solução abrangente, não há alternativa ao reinício das negociações sob os auspícios da ONU. Estas negociações devem retomar-se a partir do ponto em que foram interrompidas nas conversações de Crans-Montana, preservando simultaneamente o acervo das negociações e criando as condições políticas necessárias para que todas as partes tenham incentivos para se envolverem de forma construtiva.

Neste momento crítico, o AKEL espera que todas as partes envolvidas ponderem os benefícios decorrentes de uma solução abrangente e exige a cessação imediata e a reversão de quaisquer atividades provocatórias e ilegais por parte da Turquia que consolidem a divisão permanente do nosso país. Simultaneamente, recorda à comunidade internacional a necessidade premente de retomar as negociações no quadro acordado e a partir do ponto em que foram interrompidas, se se quiser manter viva a perspetiva de uma solução.

É nossa firme convicção de que, a menos que o problema de Chipre seja resolvido, nem as partes diretamente envolvidas, incluindo a Turquia, nem os atores mais amplos com interesses na região poderão escapar às consequências e aos perigos do atual status quo, que não é sustentável nem estático, mas que, pelo contrário, acarreta o risco de uma deterioração ainda maior. Esta realidade foi também salientada pelo Secretário-Geral da ONU durante a sua recente visita a Chipre, quando sublinhou que a continuação do status quo é insustentável. Uma solução abrangente, viável e mutuamente aceitável, baseada no quadro acordado pelas Nações Unidas, continua a ser o único caminho capaz de salvaguardar os interesses de todos os cipriotas, restabelecer condições de paz, segurança e prosperidade na ilha e contribuir para a estabilidade e a cooperação em todo o Mediterrâneo Oriental.



*Gabinete de Relações Internacionais
do AKEL - Julho de 2026*

Acompanhe as notícias do AKEL:

 <https://akel.org.cy/?lang=en>

 @AKEL.International

 akel1926

Contactos AKEL:

 interbureau@akel.org.cy

 (+357) 22817346

